



EDIÇÃO 1 - 2026

Informativo

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL DOS EMPREENDIMENTOS MARÍTIMOS DA PETROBRAS NA BACIA DE SERGIPE - ALAGOAS

A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.



Mulheres e mutações climáticas: arte e redes de cuidado no II Seminário do Observatório Popular de Violências

O encontro reuniu mulheres de povos e comunidades tradicionais, pesquisadoras, representantes de políticas públicas e movimentos sociais parceiros

Entre os dias 26 e 29 de maio de 2026, ocorreu em Aracaju o II Seminário do Observatório Popular de Violências e pela Vida de Mulheres de Comunidades Tradicionais de Sergipe (OPOPVida). Com o tema “Mulheres e mutações climáticas: criando laços, um nós, para fortalecer redes”, o encontro reuniu mulheres de povos e comunidades tradicionais, pesquisadoras, representantes de políticas públicas e movimentos sociais parceiros em um espaço de formação político-afetiva, troca de saberes e organização coletiva.

A premissa que orientou o seminário foi a amizade como força ético-política de auto-organização, luta socioambiental e cuidado entre mulheres de comunidades tradicionais. A partir dessa perspectiva, o Observatório apostou em uma proposta pedagógica que articula educação ambiental, feminismo e antirracismo de base popular, costurando ações do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) junto ao Movimento de Marisqueiras de Sergipe (MMS) e a outros territórios.

O evento também celebrou os sete anos de trajetória do OPOPVida (2019 - 2026), marcados pelo cuidado e pela produção de conhecimentos com mulheres de populações tradicionais. A programação foi resultado de articulações construídas ao longo de 2025, envolvendo parcerias com movimentos sociais, lideranças comunitárias e pesquisadoras que atuam na interface entre saúde, territórios, trabalho e enfrentamento às violências.



A Roda de conversa foi uma das metodologias usadas no seminário, com a facilitadora Bruna Andressa Ferreira



Performance Corpo-território - Marisqueiras de Sergipe

Escuta, performance e memória marisqueira

Durante o seminário, o Observatório também implantou o espaço “Concha da Escuta”, projeto que mobilizou estudantes de psicologia vinculados à extensão e às ações do OPOPVida para oferecer escuta e acolhimento às participantes. O espaço foi desenhado como um lugar de amparo, comprometido com uma responsabilidade político-clínica junto às mulheres presentes.

A programação incluiu ainda o lançamento do livro “Guardiãs do Mangue, memória marisqueira”, coordenado pela professora Livia Cardoso, que reúne textos, poemas, testemunhos e relatos político-pessoais de marisqueiras de Sergipe. A obra registra memórias e trajetórias de luta dessas mulheres, constituindo um apanhado de histórias que reafirma o mangue como lugar de resistência, trabalho e esperança.



Performance Geografias de uma mulher em transe, feita por Kelly Caldas durante o evento



Tecendo redes entre mulheres, atividade do seminário

Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro atua em 12 municípios costeiros em Sergipe e no extremo norte da Bahia

O objetivo do projeto é acompanhar e compreender a dinâmica da pesca nas regiões há atividades relacionadas à exploração e produção de petróleo e gás

O Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro (PMPDP) é uma condicionante das licenças ambientais dos processos de exploração e produção da bacia de Sergipe-Alagoas conduzido pelo processo administrativo IBAMA nº 02028.000132/2012-09. Seu principal objetivo é acompanhar e compreender a dinâmica da pesca nas regiões onde são desenvolvidas atividades relacionadas à exploração e produção de petróleo e gás, buscando gerar informações que contribuam para a compatibilização entre essa atividade com o uso dos recursos pesqueiros pelas comunidades locais.

O projeto está presente em 12 municípios costeiros, sendo 10 em Sergipe e 2 no extremo norte da Bahia. Ele monitora 86 localidades,



Coletora de dados atuando em Porto da Areia, Estância

das quais 26 contam com a presença diária de um coletor de dados, que tem como principal função registrar os dados dos desembarques pesqueiros das embarcações ou pescadores locais. As informações coletadas são anônimas e protegidas. Os dados são analisados de forma conjunta, sem identificar individualmente os pescadores ou as embarcações, e são utilizados exclusivamente para acompanhar a relação entre a atividade pesqueira e os empreendimentos licenciados. Essas informações não são utilizadas para fins de fiscalização. Nas demais localidades onde não há esse profissional são realizadas visitas periódicas pela equipe técnica do projeto com o intuito de contabilizar as embarcações ativas em cada mês, de modo que seja possível, com base nos dados adquiridos pelos coletores,

estimar o volume de pescado capturado em cada município.

Desde 2018, quando se iniciou o monitoramento no atual modelo, foram registrados 534.786 desembarques, dos quais 56.703 foram coletados em 2025. Até abril de 2026, já foram coletados 15.223 desembarques. Todas essas informações foram digitadas e estão armazenadas em banco de dados, nos quais é possível estimar as produções ano após ano, além de permitir identificar características da atividade pesqueira, como áreas de pesca utilizadas, espécies capturadas, períodos de maior esforço pesqueiro, tipos de petrechos e embarcações utilizados. Esses elementos auxiliam na avaliação de possíveis interações entre os empreendimentos e a atividade pesqueira.



Reunião Devolutiva do PMPDP realizada em Coqueiro, Jandaíra



Reunião Devolutiva realizada em Saramém, Brejo Grande



Coletor do PMPDP trabalhando em Pirambu

Além da coleta, o PMPDP também possui a responsabilidade de levar todas essas informações para as comunidades monitoradas. Para isso, anualmente são realizadas oficinas devolutivas, nas quais são apresentados, sobretudo a pescadores e marisqueiras locais, os dados coletados no ano anterior. Essas reuniões também são espaços para que a comunidade possa conhecer, discutir e validar as informações apresentadas, contribuindo para identificar possíveis ajustes na forma como os dados são coletados e analisados e para o aprimoramento da metodologia do projeto. As oficinas também são importantes para a equipe técnica, pois permitem conhecer o que cada comunidade pensa sobre a dinâmica das pescarias apresentadas. No ano de 2026, as oficinas foram realizadas nas 26 localidades onde há coletores de dados e, ao todo, compareceram 596 comunitários, sendo, em média, cerca de 23 pessoas por reunião.

Descomissionamento em águas rasas em Sergipe segue cronograma de desativação de poços

As campanhas contam atualmente com duas plataformas auto elevatórias na costa de Aracaju



A plataforma auto elevatória PA-39, que atua no Campo de Camorim



Plataforma auto elevatória PA-38, com sonda para desativação de poços

O processo de descomissionamento das instalações marítimas da Petrobras nos campos de águas rasas da Bacia de Sergipe-Alagoas prossegue com as campanhas de abandono definitivo de poços marítimos. O objetivo é a desativação completa dos poços, com isolamento definitivo dos reservatórios de óleo e gás natural. Numa etapa posterior, será realizado o arrasamento dos poços, quando ocorre o corte das estruturas do poço no fundo do mar.

A desativação dos poços é realizada com a utilização de sondas e ocorre antes da desmontagem e retirada das plataformas, etapa cujo projeto ainda está em avaliação pelo Ibama.

Atualmente, três sondas realizam as campanhas para a desativação dos poços: a sonda de produção hidráulica SPH-02, que está instalada na plataforma PCM-06, e as plataformas auto elevatórias PA-38 e PA-39, com suas torres de sonda acopladas às plataformas de produção PCM-07 e PCM-11, respectivamente, todas no campo de Camorim.

O processo de descomissionamento prevê ainda a limpeza de dutos e outros sistemas existentes nas plataformas, a destinação das estruturas de produção e o posterior monitoramento ambiental da área.

Todo o planejamento das campanhas considera fatores como condições meteoceanográficas, logística de pessoal e materiais, disponibilidade de embarcações de apoio e o cumprimento dos requisitos técnicos e normativos aplicáveis às atividades.

Durante todas as etapas do descomissionamento, é necessário manter ações de gestão e monitoramento ambiental vinculadas ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no processo de licenciamento ambiental. O objetivo é garantir o acompanhamento adequado dos aspectos ambientais associados às intervenções em área marítima.

Entre as iniciativas de monitoramento, destaca-se a avaliação contínua das interações entre as operações e a fauna marinha presente na área de influência do projeto ambiental, com atenção especial às tartarugas marinhas registradas na região, além de um projeto específico para monitoramento da avifauna. Esse acompanhamento contribui para identificar possíveis impactos, orientar medidas de mitigação e subsidiar o diálogo com órgãos ambientais e demais partes interessadas.

Saiba mais

Abandono definitivo de poços

É o processo de fechamento permanente de um poço que não será mais utilizado, com a instalação de barreiras, geralmente de cimento e outros materiais, para impedir a passagem de petróleo, gás ou outros fluidos.

Arrasamento de poços

É a etapa de remoção ou corte das estruturas do poço que ficam no fundo do mar, deixando o local livre de obstáculos e mais seguro para outras atividades marítimas.



Sonda do tipo SPH atuando em poço na plataforma PCM-6 (Campo de Camorim)

Diálogos que transformam: o intercâmbio do Conselho Gestor em Conde, na Bahia

O município sediou a 10ª Reunião do Conselho Gestor do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras - PEAC

Entre os dias 11 e 14 de dezembro de 2025, o município de Conde, localizado no litoral norte da Bahia, sediou a 10ª Reunião do Conselho Gestor (RCG) do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), da Bacia Sergipe-Alagoas. Realizada na comunidade de Sítio do Conde, no município do Conde (BA), a reunião contou com cerca de 50 participantes, entre conselheiros, anfitriões e a equipe técnica. O evento representou um passo estratégico na construção de um novo horizonte:



Conselheiros e equipe técnica interagem com uso da metodologia “árvore de problemas e soluções”



Apresentação na Siribeira da comunidade quilombola Buri, em Conde-BA, na 10ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor



Visita ao porto do Cabeceiro e do Licuri, na comunidade quilombola Buri, durante intercâmbio no Conde-BA

a transição do atual modelo estruturado como medida mitigadora de licenciamento ambiental para uma organização popular autônoma, capaz de existir e atuar para além da indústria licenciadora.

O intercâmbio teve como objetivos fomentar trocas de experiências voltadas ao fortalecimento comunitário, conhecer as estratégias de reativação da Associação de Sempre Viva, ampliar o debate sobre a luta pela titulação da terra no quilombo Buri e estimular articulações autônomas nas comunidades de abrangência do PEAC.

A programação foi dividida em dois momentos. No dia 12 de dezembro, conselheiros e equipe técnica do Projeto Conselho Gestor participaram de uma plenária dedicada ao diagnóstico coletivo da área de abrangência do programa e ao planejamento estratégico frente ao atual momento de descomissionamento em águas rasas na Bacia Sergipe-Alagoas e das perspectivas do Projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP), em licenciamento para desenvolvimento da produção. No dia 13, ocorreu a imersão nas comunidades anfitriãs, com visitas aos territórios, diálogo com lideranças e compartilhamento de experiências locais.

A plenária utilizou a metodologia da “Árvore de Problemas e Soluções”. Divididos por regiões, os conselheiros identificaram os principais desafios enfrentados em seus territórios, suas causas estruturais e consequências sociais e ambientais. Na etapa seguinte, os grupos elaboraram estratégias de enfrentamento, como protocolos de consulta comunitária, formação política de base, regularização fundiária por meio de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUs), articulações contra o descarte marinho e fortalecimento das associações locais como instrumentos de governança territorial.

Ainda no dia 13, a caravana visitou o quilombo Buri. Recebidos pela liderança quilombola local, Washington Alan, os conselheiros percorreram o porto do Cabeceiro e a Siribeira, tradicional espaço de atividades culturais e capoeira. A conversa abordou a luta pela titulação das terras e as estratégias de diversificação econômica, incluindo o Turismo de Base Comunitária, a formação de jovens guias de observação de aves e o projeto de uma fábrica comunitária para marisqueiras, no sentido de formulação de uma base de economia solidária.

Em seguida, o grupo visitou a Comunidade Sempre Viva, onde os participantes visualizaram os cercamentos que dificultam o acesso de pescadores e marisqueiras aos territórios tradicionais de trabalho.

Com essas ações, o Conselho Gestor consolidou um diagnóstico atualizado dos territórios do litoral norte da Bahia e do litoral de Sergipe.

Observatório Social dos Royalties apresenta ferramenta para automatizar extração de dados sobre royalties do petróleo

Os dados obtidos por meio do sistema permitem subsidiar pesquisas, análises e materiais produzidos pelo projeto e contribuem para ampliar a disponibilidade de informações sobre o tema

Com o objetivo de tornar mais eficiente a coleta de informações sobre a arrecadação e a aplicação dos royalties do petróleo, o Observatório Social dos Royalties (OSR), subprojeto do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), desenvolveu o ExDRoP - Extrator de Dados dos Royalties do Petróleo, ferramenta que automatiza a extração de dados em portais da transparência municipais.

A criação da ferramenta foi motivada pelos desafios enfrentados na coleta manual dessas informações. Além de demandar tempo, o processo era frequentemente dificultado pela estrutura e pela instabilidade dos portais, o que tornava o acesso aos dados mais complexo e menos eficiente.

O ExDRoP utiliza tecnologias de automação para realizar a captação de dados de forma rápida e sistematizada, contribuindo para a organização e o acompanhamento das informações disponibilizadas pelos municípios. A metodologia empregada na construção do sistema foi baseada em processos de ETL (sigla em inglês para extração, transformação e carregamento de dados), utilizando as linguagens e ferramentas Python e Selenium para a automação da navegação e da coleta de dados.

Segundo Jean Claudio, engenheiro de computação responsável pelo desenvolvimento da ferramenta em parceria com a equipe do projeto, o principal objetivo do extrator de dados foi tornar mais eficiente o processo de obtenção das informações. “Extrair esses dados manualmente é muito demorado porque os portais são difíceis de acessar e muitas vezes instáveis. O robô automatiza essas etapas, realizando em poucos minutos um trabalho que levaria muito mais tempo quando feito manualmente”, explicou o engenheiro.

Além da automação, o ExDRoP conta com uma interface simplificada, desenvolvida para facilitar sua utilização. A proposta foi criar um ambiente acessível aos usuários, sem a necessidade de conhecimentos avançados em programação ou tecnologia.

A ferramenta integra as ações do Observatório Social dos Royalties voltadas à sistematização e ao monitoramento de informações públicas relacionadas à arrecadação e à aplicação dos recursos dos royalties do petróleo.

Atualmente, os registros de pagamentos de royalties para os municípios localizados na área de abrangência da Bacia Sergipe-Alagoas podem ser provenientes de produção em campos terrestres, do campo marítimo de Tartaruga ou de depósitos judiciais decorrentes

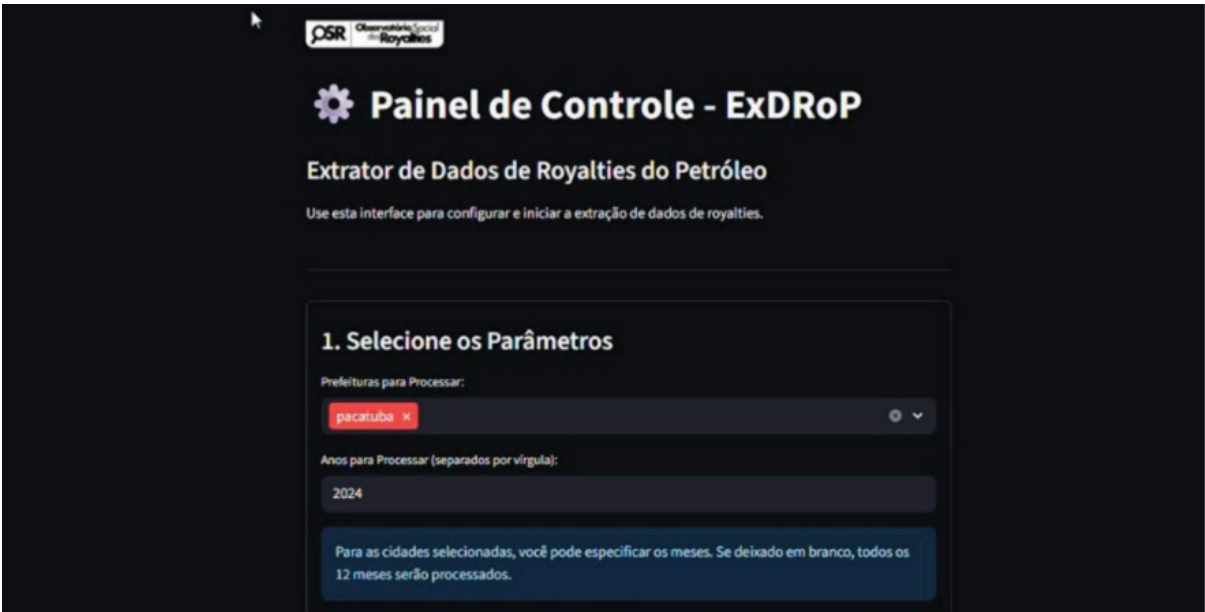


Robô ExDRoP sendo apresentado para o público do projeto no VI Seminário para o Controle Social dos Royalties

de questionamentos dos municípios quanto a períodos anteriores. Os dados obtidos por meio do sistema subsidiam pesquisas, análises e materiais produzidos pelo projeto, contribuindo para ampliar a disponibilidade de informações sobre o tema.

Como parte dessa estratégia, a equipe também prevê diferentes ações para ampliar o acesso

às informações produzidas. Entre elas estão a elaboração de boletins informativos trimestrais e temáticos, a disponibilização de links públicos para consulta dos dados e a realização de oficinas e seminários voltados à apresentação dos resultados e ao compartilhamento de conhecimentos sobre a gestão dos royalties do petróleo.



Interface do Extrator de Dados dos Royalties do Petróleo



CONTATOS

Canais Petrobras

Email:
atendimentorne@petrobras.com.br

Telefone Gratuito

0800 728 9001

Ocorrências com animais marinhos ou presença de óleo, e demais informações sobre licenciamento

Linha verde IBAMA

0800 061 8080
(Ligação gratuita)

O informativo sobre os empreendimentos marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas é uma publicação semestral do Programa de Comunicação Social Regional, exigido como medida de mitigação do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. Esta edição corresponde ao exemplar 01/2026.

Petrobras - Unidade de Gestão de Ativos em Descomissionamento - Rua Acre, 2504, Bairro América, CEP 49.080-010. Responsável pela publicação: Ricardo Leal Costa Santos - Registro no Conerp Nº 309 - 1ª Região. Edição digital disponível em programapeac.com.br. Colaboração nos textos: Equipes técnicas dos projetos de mitigação e compensação do licenciamento. Imagens: Banco de Imagens Petrobras, Equipe PMPDP, Equipe PEAC.